

Imperialismo multinacional versus colonialismo clássico

José Jobson de Andrade Arruda¹

O grande mestre da Escola dos *Annales*, Marc Ferro, retoma, em livro recente, muitas de suas idéias já presentes em *História das Colonizações*,² na qual rastreia a história do colonialismo moderno desde seus albores no século VII – o que é discutível –, até o século XX. O título, por si só, *O livro negro do colonialismo*,³ já sinaliza a intenção denunciadora das práticas colonialistas, modelizadas, por certo, no espetaculoso *O livro negro do comunismo*,⁴ em cujo título se inspira. A diferença em relação ao seu texto anterior sobre o colonialismo é a busca de relacionamento entre o colonialismo e os totalitarismos do século XX, isto é, questiona-se se ‘seria o colonialismo uma forma de totalitarismo’. A idéia brota da mente de um historiador que, como ninguém, domina a história do século XX, sobretudo em sua vertente soviética, mas que deixa ao leitor não poucas inquietações a respeito da propriedade de tais relações. Se as práticas colonialistas do século XX, especialmente no período da Guerra Fria, podem ser mais facilmente conectadas aos totalitarismos – assim mesmo não poderiam incluir as práticas imperialistas das chamadas democracias liberais –, seria aceitável remetê-las ao colonialismo da era do imperialismo mercantilista? Ou mesmo do imperialismo da era do comércio livre?

Mais problemático, ainda, é aceitar a definição de imperialismo multinacional, como algo identificado ao colonialismo sem colonos, uma espécie de herança do imperialismo norte-americano do século XIX, “quando nunca mandavam soldados”, ao contrário dos demais países colonialistas da época do neocolonialismo (Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Rússia) que faziam da ocupação militar sua forma primacial de dominação, como diz Ferro. Os Estados Unidos remeteram tropas, sim, a exemplo da ocupação dos territórios do Novo México; da invasão de Cuba na conflagração com a Espanha, que resultou na independência da Ilha, sob vigilância norte-americana, e cujos resquícios perversos mantêm-se até hoje na base de Guantânamo, cujo papel foi reciclado ao transformar-se em centro prisional para os guerrilheiros do Afeganistão e do Iraque. Além disso, diferenciar o “imperialismo clássico” do “imperialismo multinacional” aplicado pelos norte-americanos apenas pelo fato de que estes passaram a fazer intervenções diretas, alojando tropas nos territórios vencidos, é, certamente, *capsula de minucia*. Como já vimos, ataques preventivos – para usar a terminologia atual –, já eram prática anterior corrente; mais do que isto, a complexa natureza da conexão parque industrial, indústria armamentista, aparato militar, em tempos de globalização, torna o imperialismo da globalização – termo que consideramos mais adequado do que imperialismo multinacional – qualitativamente diferenciado daquele que se praticava no

(1) Professor Titular da Universidade de São Paulo e do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade do Sagrado Coração.

(2) Ferro (1996).

(3) Cf. Ferro (2005).

(4) Cf. Courtois (1999).

bojo do dito ‘imperialismo clássico’, lastreado na segunda fase da Revolução Industrial, impulsionado pela busca de mercados e oportunidades para investimento de capital. A mais, considere-se que o termo ‘multinacional’ presta-se a interpretações dúbias. Multinacional significa que é exercido por muitas nações ou que é exercido por uma nação sobre várias outras? Como o próprio autor afirma que a intervenção dos Estados Unidos no Iraque é um ‘neocolonialismo imperialista’, a expressão ‘imperialismo multinacional’ torna-se contraditória nos termos.

Muito mais densa, em termos da experiência histórica dos imperialismos e sua contrapartida quase natural, que são as colonizações, são as homologias demonstradas por Nick Robins em seu livro *Imperial Corporation: reckoning with the East India Company* (Corporação Imperial: acertando as contas com a Companhia das Índias Orientais).⁵ Em seu estudo analisa as práticas de uma empresa que operava em escala mundial, abusava do poder de mercado, orientava-se pela cobiça de seus gestores, gozava de impunidade judicial, explorava a irracionalidade dos mercados financeiros emergentes, trabalhava para submeter as economias tradicionais ao seu poder de espoliação. Nestes termos, a Companhia das Índias Orientais pode ser entendida como a ‘primeira corporação’ imperial, pois à semelhança das modernas corporações multinacionais, buscava desesperadamente o controle dos mercados para potencializar seus lucros de monopólio, constringendo a interação oferta e procura. De um lado, monopolizava as importações procedentes da Ásia; do outro, intervinha nos governos locais de modo a eliminar a concorrência e forçar a baixa dos preços dos produtos importados. Atitudes agressivas eram moeda corrente na política da Companhia. O uso da força permitia-lhe derrubar governos, alojar títeres em seus lugares, dando-lhe o controle territorial e econômico do espaço territorial em que operava.

Ações militares concretas conduzidas pelo diretor da Companhia, Robert Clive, especialmente o ataque a Bengala, em 1757, que culminou na batalha de Palashi e resultou num saque que gerou 200 milhões de libras atuais para os cofres da Companhia e mais de 100 milhões para os bolsos do próprio Clive, demonstram o caráter espoliativo da ação comercial que poderia confundir-se com assalto aos territórios dominados. Mais problemático, socialmente falando, é o relato de Nick Robins sobre o modo pelo qual a Companhia forçou a baixa dos preços dos têxteis importados de Bengala. Beneficiados na Inglaterra pelas leis que impunham salários máximos aos artesãos, na Índia usaram de todo seu poder para destruir a capacidade de atuação coletiva dos artesãos indianos, sabidamente dotados de habilidades manuais superiores aos dos artesãos ingleses, impondo-lhes o fornecimento obrigatório das mercadorias aos compradores da Companhia, que pagavam preços rebaixados em até 40% em relação às práticas de momento, desorganizando completamente o mercado de trabalho que, indiretamente, beneficiava o artesão inglês, seu competidor direto e prodigalizava pingues lucros à Companhia. Práticas nefastas ainda mais reprováveis tiveram lugar nos momentos em que chuvas torrenciais diminuía drasticamente a produção normal de alimentos, provocando, segundo estimativas da época, a morte de 10 milhões de pessoas numa única monção.

(5) O livro de Robins, Nick. *Imperial corporation: reckoning with the East India Company*, foi sintetizado pelo próprio autor em “The world’s first multinational”. *New Statesman*, 13th Dec. 2004. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/200412130016.htm>>.

A cobiça desenfreada nublou o olhar dos dirigentes da Companhia. Tornou-se absolutamente irracional a busca do lucro sem peias, que o autor citado chama de “cobiça infecciosa”, a doença infantil dos executivos que, no limite, significava corrupção pura e simples, na forma da manipulação de balanços ou da ação especulativa amparada em informações privilegiadas. Sequer faltou a atuação no vilipendiado mercado das drogas, criando-se um monopólio para contrabandear ópio para a China, na antevéspera da Guerra do Ópio em que se envolveram as potências colonialistas do século XIX.

Se o monopólio não existe explicitamente entre as modernas corporações, todo tipo de esforço é desenvolvido no sentido de criar empecilhos de ordem legal e fiscal que estabelecem, de fato, uma teia inexpugnável de proteção. O próprio potencial inovador das grandes corporações dá-lhe uma blindagem quase impenetrável, sobretudo por aquelas que podem mais rapidamente apropriar-se do desenvolvimento tecnológico. Em suma, criar um território virtual protegido em escala mundial, uma fatia preciosa de mercado é a regra dominante do jogo no capitalismo na fase do imperialismo da globalização. Tal constatação é muito mais contundente do que diferenciar fases do imperialismo em seu desdobramento colonialista pela prática ou não da ocupação militar. A contribuição de Nick Robins permite-nos relativizar as especulativas análises de Marc Ferro e, ao mesmo tempo, estabelecer uma pauta comparativa mais consistente entre as práticas das grandes empresas do século XVIII e as megacorporações dos dias que correm.

Referências bibliográficas

COURTOIS, Stéphane et al. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.